PROJETO DE LEI Nº , DE 2012 (Do Sr. Romero Rodrigues)

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei pune os crimes praticados com a utilização de jet ski e outras embarcações.

Art. 2º O § 1º do art. 1º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º As embarcações brasileiras, inclusive barco, lancha e jet ski, excetuando-se as de guerra, os tripulantes, os profissionais não-tripulantes e os passageiros nelas embarcados, ainda que fora das águas sob jurisdição nacional, continuam sujeitos ao previsto nesta Lei, respeitada, em águas estrangeiras, a soberania do Estado costeiro.

| (1 | ١R | ') |
|----|----|----|
|----|----|----|

Art. 3° A Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

"Art. 35-A. Utilizar qualquer das embarcações a que se refere esta Lei em desacordo com as normas legais pertinentes:

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pena – detenção de seis meses a um ano e multa.

§1º Se da utilização indevida da embarcação resultar lesão corporal a alguém, será aplicada a pena prevista no art. 129 do Decreto-Lei nº 2.484, de 7 de dezembro de 1940.

§ 2º Se da utilização indevida da embarcação resultar a morte de alguém, será aplicada a pena prevista no art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

§ 3º Incide nas mesmas penas aquele que entregar a embarcação a pessoa não habilitada."

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Temos presenciado, por meio da mídia, os reiterados acidentes com embarcações em águas brasileiras, em que pessoas têm sido vitimadas, como resultado da imprudência, da irresponsabilidade e do desrespeito às leis em vigor por parte de proprietários e usuários dessas embarcações.

Crianças foram mortas, banhistas perderam membros, como ocorreu no caso do atleta Lars Grael e da garotinha Grazielly, morta recentemente, na praia da Guaratuba, por um adolescente não habilitado que pilotava o jet ski do pai.

De acordo com notícias divulgadas pela imprensa, Grazielly, de três anos de idade, brincava na areia da praia juntamente com a mãe, no momento em que foi atingida na cabeça por um jet ski em alta velocidade, pilotado ilegalmente por adolescente sem habilitação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Esses e outros incidentes não podem ficar impunes, mas devem ser punidos adequadamente, a fim de que essas ameaças sejam afastadas das praias brasileiras. A segurança dos banhistas precisa ser assegurada pelas autoridades, nos moldes de uma legislação severa e adequada.

Por essa razão, proponho a modificação da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, a fim de tipificar a utilização de embarcações em desacordo com as normas legais vigentes, punindo de forma adequada aqueles que praticarem crime de lesão corporal ou morte a bordo dessas embarcações.

Desse modo, não só puniremos esses crimes com o rigor que eles merecem, como, também, imprimiremos um efeito pedagógico e preventivo no que tange ao uso de lanchas, barcos e jet ski em praias brasileiras.

Sala das Sessões, em de março de 2012

Deputado **ROMERO RODRIGUES PSDB/PB**